

Ata da Sétima Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dois de abril de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 4 – versículo 20-31: “Observe as circunstâncias, mas guarde-se do mal e não se envergonhe de si mesmo. Existe uma vergonha que conduz ao pecado, e existe uma vergonha que traz honra e graça. Não seja muito severo consigo mesmo, e não se envergonhe do seu erro. Não deixe de falar no momento oportuno, e não esconda a sua sabedoria, porque é pelo falar que se reconhece a sabedoria, e é pela palavra que se percebe a instrução. Não contradiga a verdade, mas envergonhe-se de sua própria ignorância. Não se envergonhe de confessar os próprios pecados, e não se oponha à correnteza de um rio. Não se submeta a um insensato, e não seja parcial em favor de um poderoso. Lute até à morte pela verdade, e o Senhor Deus combaterá por você. Não seja arrogante no falar, nem preguiçoso e covarde no agir. Não seja um leão para a sua família, nem suspeite de seus dependentes. Não tenha a mão aberta para receber e fechada na hora de dar.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Fábio Augusto Pina pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Prefeito Municipal, com exceção dos ofícios encaminhando os projetos de lei, das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, do

Senhor Prefeito foram lidos os seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 027/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 028/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna - CEJ, e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 029/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências; 4. Ofício DER nº 030/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes - AJJA, e dá outras providências; 5. Ofício DER nº 032/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre majoração do vencimento básico mensal dos servidores públicos municipais, e dá outras providências, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; a seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 6. Ofício SEGOV nº 0157/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 041/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo, solicitando informações sobre o cadastro do cartão cidadão; 7. Ofício SEGOV nº 0158/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 042/2013 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações sobre previsão para reforma ou construção de prédio novo do Posto Odontológico Divisão de Saúde Bucal, da rua Alfredo Bueno; 8. Ofício SEGOV nº 0159/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 044/2013 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações sobre atendimento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA e das Unidades Básicas de Saúde – UBS. 9. Ofício SEGOV nº 0161/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 045/2013 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações sobre data de inauguração da Creche do Jardim Europa entre outra questão; 10. Ofício SEGOV nº 0162/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 048/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre vigência do convênio firmado com a Justiça do Trabalho para implantação da Vara Itinerante do Trabalho no Município, entre outras questões; 11. Ofício SEGOV nº 0163/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 049/2013 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre obras de esgoto nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim; 12. Ofício SEGOV nº 0164/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 050/2013 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre transporte escolar nos bairros Florianópolis, Jardim

Pinheiros e Capela Santo Antonio; 13. Ofício SEGOV nº 0165/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 051/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços de guincho para o Município entre outras questões; 14. Ofício SEGOV nº 0166/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 052/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre os depósitos do FGTS e pagamento do INSS dos servidores estatutários e celetistas. 15. Ofício SEGOV nº 0167/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 053/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre o funcionamento da cooperativa de reciclagem localizada no bairro Vargeão; 16. Ofício SEGOV nº 0168/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 054/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre o retorno das atividades do Núcleo para crianças que funcionava no CEMA, no bairro de Guedes; 17. Ofício SEGOV nº 0169/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 055/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações e cópias de repasses financeiros, convênios ou contratos com a Liga de Futebol Jaguariunense, de 2009 até hoje; 18. Ofício SEGOV nº 0170/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 056/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações (lista) sobre todas as pessoas que recebem por RPA; 19. Ofício SEGOV nº 0171/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 057/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre fiscalização em entidades que recebem subvenção, contribuição ou repasse de recursos públicos; 20. Ofício SEGOV nº 0172/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 058/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações (lista) das creches ou escolas particulares nas quais os pais adquiriram na Justiça o direito à vaga, entre outras informações; 21. Ofício SEGOV nº 0173/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 059/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre o valor do ISSQN pago por engenheiros, médicos e outros profissionais liberais para o exercício da profissão no Município; 22. Ofício SEGOV nº 0174/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 060/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre a porcentagem do aumento salarial que será dado aos servidores públicos, entre outras questões; 23. Ofício SEGOV nº 0175/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 065/2013 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações sobre agendamento e realização dos tratamentos de fisioterapia e hidroterapia; 24. Ofício SEGOV nº 0176/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 066/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando às Estâncias Metrópolis adaptação nos trajetos das linhas de ônibus que atendem ao Município para que passem pela UPA; 25. Ofício SEGOV nº 0177/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 070/2013 do

Sr. Adilson José Abrucez solicitando à FAJ que implante uma cobertura na área de embarque e desembarque da Interclínicas, no bairro Roseira; 26. Ofício SEGOV nº 0178/2013, acusando recebimento do Requerimento nº 071/2013 do Sr. Adilson José Abrucez solicitando informações sobre a coleta de lixo doméstico; 27. Ofício SEGOV nº 0179/2013, acusando recebimento das Indicações nºs. 130, 131, 132/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos; 133 e 134/2013 do Sr. Gerson Antonio; 135, 136, 137 e 138/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 139/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 140 e 141/2013 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 142/2013 do Sr. Adilson José Abrucez; 143/2013 do Sr. David Hilário Neto; 144 e 145/2013 do Sr. William de Souza Silva. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos: 1. De Lei dos Srs. Adilson José Abrucez, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva (Com. Perm. Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parc. Do Solo), que revoga a Lei nº 2.094, de 17 de maio de 2012; 2. De Lei do Sr. Luiz Carlos de Campos que dispõe sobre instalação de medidores de água nas formas que especifica, depois de lidos, foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, ao Executivo Municipal informações sobre a entrega de alvarás; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços de Cata Bagulho – Operação Cidade Limpa; 3. Dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações se há estudo para a complementação do convênio para as Entidades Assistenciais do Município (Projeto Lar Feliz, APAE, Associação Amigos do Padre Gomes, CEJ, AJJA), referente ao exercício de 2013; 4. Dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando se dará a revisão no Plano Diretor, e havendo a revisão, se há possibilidade de retificação da Lei Complementar nº 205 que trata da Zona Zeem; 5. Do Sr. David Hilário Neto solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos qual o motivo do Correio não entregar correspondências na rua Laura Fracheta Poltronieri, no bairro Nova Jaguariúna III; 6. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações que especifica sobre as piscinas no Parque Serra Dourada (liberação das mesmas, segurança, tratamento, piso afundando, gasto com os reparos nos vazamentos, entre outra questão); 7. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor pago por espetáculo apresentado no Teatro Municipal; onde é investido o dinheiro arrecadado na bilheteria do Teatro Municipal; 8. Dos Srs. Adilson José Abrucez e Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal informar sobre as tratativas com o Governo do Estado de São Paulo, referente à implantação de uma ETEC no Município;

9. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a falta de médicos, principalmente, pediatras, no Posto de Saúde do Bairro Florianópolis, que atende aos bairros Jardim Pinheiros e Terras da Capela de Santo Antonio; 10. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações se estão normalizados os atendimentos com fraldas, leite e gás; 11. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de implantação de CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na região de Guedes, Florianópolis, Roseira de Cima, Roseira de Baixo, Nassif, São José e Tanquinho; 12. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações se a Empresa Viasol foi a contratada para construir o prédio do CRAS no bairro Dr. João Aldo Nassif e se foi seguido o descrito no projeto de construção; 13. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. para que todos os ônibus que fazem a linha dos bairros Floresta e Santo Antonio do Jardim cheguem até as ruas Airton Senna e Búfalo, e acrescentar o horário das 23h00 para aqueles bairros. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes Indicações: 1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal realizar a limpeza da quadra de esportes, localizada no Bairro Nova Jaguariúna; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal regularização no serviço de varrição e limpeza das ruas dos bairros: 12 de Setembro, Jardim Imperial, Boa Vista I e II, Santa Mercedes e Jardim Santo Antonio; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos da rua Jorge Antonio Cury, no bairro Colinas do Castelo; 4. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Joaquim Machado de Souza, na altura do número 251, no Bairro São Pedro; 5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal construção de calçadas na rua Figueira, no bairro Roseira de baixo, ao lado da FAJ Interclínicas; 6. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal manutenção e revitalização na Praça Menegon, bairro São José; 7. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Otávio Antoniaci, 142 , no Bairro Jd. Pinheiros; 8. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Antonio Joaquim Gomes, 584, no Jardim Europa; 9. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada ou instalação de radar, na Av. Luciano Poltronieri, em frente à FAJ; 10. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de um balão no encontro da antiga Estrada do Japonês (Estrada Judite dos Santos Pinto), com a

rua Tomaz Jasso e a Avenida Luciano V. Poltronieri, e que atenda, também, o fluxo de veículos na entrada e saída do supermercado Lavapés; 11. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal limpeza do terreno baldio existente na Vila Miguel Martini, exatamente localizado na rua Murer em frente ao número 110. 12. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal limpeza do barranco na lateral da Avenida dos Ipês, no bairro Roseira de baixo; 13. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal limpeza da rua Wenceslau Braz até a Av. Alexandre Marion, na Vila São José; 14. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos da rua Alfredo Bueno bairro Berlim; 15. Do Sr. Adilson José Abrucez solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar vias e/ou logradouros públicos, lembre-se do nome Timóteo Barreiro Filho; 16. Do Sr. Adilson José Abrucez solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar vias e/ou logradouros públicos, lembre-se do nome Adelmo Carpi; 17. Dos Srs. Adilson José Abrucez e Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal o deslocamento do Parque Infantil situado entre a Rod. João Beira e rua Amazonas, em frente ao Hospital para a lateral da Rádio Estrela FM, no Centro Cultural; 18. Do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó solicitando ao Executivo Municipal colocação de cobertura nos seguintes pontos de ônibus: do localizado no início da estrada da Faz. Bela Vista, próximo à ponte sobre o rio Camanducaia, da estrada do Condomínio Duas Marias; nas proximidades da entrada da Embrapa, no bairro Tanquinho, lado oposto da rua; rua Cel. Amâncio Bueno, entre a rua Minas Gerais e a rua Prudente de Moraes, no Jd. Sonia; 19. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de um posto de Saúde próximo aos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim; 20. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal colocação de aparelhos específicos para deficientes nos Parques da cidade; 21. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal ronda permanente da Guarda Municipal, controlando o trânsito nas ruas José Alves Guedes e Cel. Amâncio Bueno, ao redor da EMEI Oscar de Almeida, principalmente, nos horários de entrada e saída de alunos; 22. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal criar um espaço exclusivo para acolher os Conselhos Municipais; 23. Do Sr. Alexandre da Silva Santos – Xanddy solicitando ao Executivo Municipal que seja feita a mudança do pagamento dos servidores públicos municipais, no último dia útil do mês, como acontecia; 24. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos em todo o bairro Cruzeiro do Sul; 25. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal iluminação na estrada

da Fazenda Santa Júlia; 26. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal ronda permanente da Guarda Municipal na EM Prof. Mário Bergamasco e na creche “Tia Lurdinha”, no bairro Florianópolis, principalmente, nos horários de entrada e saída dos alunos; 27. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal repintura das faixas de “pare” e de “pedestres” das ruas centrais da cidade; 28. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais nas calçadas das ruas do Bairro Florianópolis, principalmente, nas de acesso ao Posto de Saúde, Praça, Comércio, Escola e Creche. Moções: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres de congratulações e louvor ao PCdoB por seus 91 anos de história e luta; 2. Do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó de congratulações e louvor a todos que se empenharam para a realização da 14ª “Caminhada Ecológica Amigos do Salvador” ocorrida na Sexta-feira, dia 29 de março de 2013; 3. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo - Guga de congratulações e louvor à Igreja Católica, Apostólica, Romana, pela escolha do Papa Francisco – o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, acontecida em 13 de março deste ano de 2013, e pela sua posse ocorrida no dia 19 deste mesmo mês, no Vaticano; 4. Dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações e louvor à Encenação “A Paixão de Cristo”, acontecida nos dias 28 e 29 de março corrente, no Centro Cultural; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e louvor a todos os funcionários do Posto de Saúde da Vila 12 de Setembro pela excelente qualidade de trabalho lá desenvolvido, diariamente, no atendimento público. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado CM nº 006230/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 512.126,67; 2. Ofício nº 0493/2013 do Procurador da República dando resposta ao Requerimento nº 013/2013 dos Srs. William de Souza Silva e Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Ministério Público Federal de Campinas para que encaminhe uma cópia da Ação movida contra a Prefeitura Municipal de Jaguariúna, para que reassuma a Gestão do Hospital Municipal Walter Ferrari, conforme divulgação feita pela Imprensa; 3. Ofício 054/2013 da Diretora da Escola de Ensino Médio Integral EE “Prof. Celso Henrique Tozzi” dando resposta à Moção nº 016/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Outros de congratulações e louvor à Escola de Ensino Médio Integral EE “Prof. Celso Henrique Tozzi”, representada pela sua Diretora Áurea Aparecida Valério Klier Monteiro; 4. Proc. Nº 05/2013 da Juíza de Direito da Comarca de Jaguariúna comunicando que foi designado o dia 12 de abril de 2013, às 9h00 para visita correcional no Fórum da Comarca de Jaguariúna, onde autoridade delegada está à disposição para ouvir os

interessados em audiência pública e/ou caráter reservado, quanto a temas que necessitam de providências da Corregedoria Geral da Justiça; 5. CT PL R*RB54/2013 do Gerente Regional da Telefônica/Vivo dando resposta ao Requerimento nº 36/2012 do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando a instalação de antenas para telefonia celular nos bairros: Jardim Pinheiros, Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Chácaras de Recreio Floresta; 6. CE-RENOVIAS-048/2013 do Diretor Presidente da Renovias Concessionária S/A dando resposta ao Requerimento nº 064/2013 dos Srs. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo solicitando a instalação de um ponto de ônibus na Rodovia Ademar de Barros, sentido Campinas/Jaguariúna, próximo à passarela da FAJ – Faculdade de Jaguariúna; 7. CE-RENOVIAS-049/2013 do Diretor Presidente da Renovias Concessionária S/A dando resposta ao Requerimento nº 067/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita, solicitando a construção de um ponto de ônibus, com cobertura, na Rod.SP340, altura do Km 123,5 – sentido Jaguariúna-Campinas, com cópia para a EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos; 8. Carta do Presidente da 232ª Subseção de Jaguariúna acusando recebimento da Moção nº 014/2013 do Sr. William de Souza Silva-Zidane e Outros, de congratulações e louvor à OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - 232ª Subseção de Jaguariúna pela posse de sua nova Diretoria, ocorrida em 29 de novembro de 2012; 9. Ofício nº 26BPMI-105/220/13 do 1º Tenente PM Comandante do Segundo Pelotão da Polícia Militar de Jaguariúna dando resposta à Indicação nº 069/2013 do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal providências que especificam para o Parque dos Lagos; 10. Ofício GLB do Deputado Gerson Bittencourt – PT convidando para o Seminário Transporte Sobre Trilhos: Mobilidade Urbana e Integração nas Metrôpoles, que será realizado em 15 de abril, das 9h30 às 17h00, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas; 11. Ofício nº 130/2013-DCON do Chefe de Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação encaminhando cópia do despacho da Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social-Substituta relativo à prorrogação “de ofício” de vigência do Convênio nº 01.0030.00/2011, entre outra informação. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: primeiramente, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposituras acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposituras e tempo do Expediente se esgotando; em discussão e votação o requerimento

verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, ao Executivo Municipal informações sobre a entrega de alvarás, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços de Cata Bagulho – Operação Cidade Limpa, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações se há estudo para a complementação do convênio para as Entidades Assistenciais do Município (Projeto Lar Feliz, APAE, Associação Amigos do Padre Gomes, CEJ, AJJA), referente ao exercício de 2013, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando se dará a revisão no Plano Diretor, e havendo a revisão, se há possibilidade de retificação da Lei Complementar nº 205 que trata da Zona Zeem, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos qual o motivo do Correio não entregar correspondências na rua Laura Fracheta Poltronieri, no bairro Nova Jaguariúna III, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações que especifica sobre as piscinas no Parque Serra Dourada (liberação as mesmas, segurança, tratamento, piso afundando, gasto com os reparos nos vazamentos, entre outra questão), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor pago por espetáculo apresentado no Teatro Municipal; onde é investido o dinheiro arrecadado na bilheteria do Teatro Municipal, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento dos Srs. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal informar sobre as tratativas com o Governo do Estado de São Paulo, referente à implantação de uma ETEC no Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a falta de médicos, principalmente, pediatras, no Posto de Saúde do Bairro Florianópolis, que atende aos bairros Jardim Pinheiros e Terras da Capela de Santo Antonio, em votação, foi o mesmo aprovado por

unanimidade de votos; 10. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações se estão normalizados os atendimentos com fraldas, leite e gás, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de implantação de CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na região de Guedes, Florianópolis, Roseira de Cima, Roseira de Baixo, Nassif, São José e Tanquinho, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 12. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal informações se a Empresa Viasol foi a contratada para construir o prédio do CRAS no bairro Dr. João Aldo Nassif e se foi seguido o descrito no projeto de construção, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 13. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. para que todos os ônibus que fazem a linha dos bairros Floresta e Santo Antonio do Jardim, cheguem até as ruas Airton Senna e Búfalo, e acrescentar o horário das 23h00 para aqueles bairros, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 14. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres de congratulações e louvor ao PCdoB por seus 91 anos de história e luta, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 15. Moção do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó de congratulações e louvor a todos que se empenharam para a realização da 14ª “Caminhada Ecológica Amigos do Salvador” ocorrida na Sexta-feira, dia 29 de março de 2013, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 16. Moção do Sr. Luiz Gustavo Gothardo - Guga de congratulações e louvor à Igreja Católica, Apostólica, Romana, pela escolha do Papa Francisco – o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, acontecida em 13 de março deste ano de 2013, e pela sua posse ocorrida no dia 19 deste mesmo mês, no Vaticano, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 17. Moção dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações e louvor à Encenação “A Paixão de Cristo”, acontecida nos dias 28 e 29 de março corrente, no Centro Cultural, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 18. Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e louvor a todos os funcionários do Posto de Saúde da Vila 12 de Setembro pela excelente qualidade de trabalho lá desenvolvido, diariamente, no atendimento público, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, por dois minutos e meio, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo que a

passaram; tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo de fazer uma ressalva sobre o requerimento que ela tinha feito, solicitando a complementação dos convênios das entidades, que eram duas coisas bastante diferentes daquilo que eles estariam votando, naquele dia, que era a complementação do Fundo da Criança e do Adolescente, e que tinham algumas entidades que não tinham sido contempladas ali porque não tinham atendimento com criança, por exemplo o “Carisma”, e que foram lhe perguntar por que o “Carisma” não estava ali incluído na leitura que eles tinham feito dos projetos; esclareceu que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vinha fazendo um trabalho, com o Conselho e tudo o mais, e que era importantíssimo aquele repasse, em que o Prefeito estava mandando os projetos, porque toda pessoa física, ela podia deixar um por cento do seu imposto devido no Município, e isso para o repasse para a entidade, era de muita importância; disse que, às vezes, parecia pouco, mas era importante para essas entidades que trabalhavam, que faziam trabalho de assistência e de prestação de serviço no Município; disse que era importante, ali na Ata que o Conselho mandou enfatizar que o repasse que estava sendo sugerido ali nos projetos, que vinham do Fundo da Criança e do Adolescente, ele vinha de repasse, não era doação, da Companhia Jaguari, do Supermercado Bon- Netto, do Banco do Brasil, da Takeda, que era a antiga Nycomed, e que aqueles recursos estavam sendo, naquele dia, iriam ser ali votados para que fossem repassados às entidades; disse que muitas vezes a própria empresa já fazia a indicação da entidade que ela queria atender, e que existia um fundo e esse fundo estava parado, esse dinheiro estava parado no fundo, e não estava sendo liberado para as entidades, e que tinham visto o projeto que estava caminhando e se fazendo jus às entidades, e que foram escolhidas tais entidades para poder subvencionar; disse que achava isso certo do Executivo, para que eles juntassem forças e fizessem uma campanha grande no Município, para que o Fundo pudesse ter essa arrecadação de um por cento da pessoa jurídica e seis por cento da pessoa física, e que gostaria, então, de fazer tal ressalva; a seguir disse que, em relação ao seu requerimento, ela achava que as entidades, no ano anterior, tinham ficado muito prejudicadas, em relação... o Sr. Presidente comunicou à Vereadora que seu tempo havia se encerrado, e ela agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, Vereadores, os munícipes presentes, moradores que os prestigiavam com a presença deles em cada sessão desta Câmara Municipal; disse que precisava fazer outra ressalva no Expediente da Câmara, que eles iriam votar ali um projeto importante que eram esses repasses de recursos para as entidades, e mais uma vez ele alertava uma questão

administrativa de funcionamento da Câmara e da eficácia da Câmara; disse que tinha sido feito o ofício, o número dezenove, o ofício SEGOV nº 171/2013 acusando o recebimento de solicitação de informações das entidades de recursos e repasses e que a função da Câmara, do Vereador, era fiscalizar tais entidades, e que eles sabiam da importância que era o recebimento para a manutenção dessas entidades, mas cabia a eles, Vereadores, fiscalizar; faziam ofício para a Prefeitura, para eles desempenharem o papel de fiscalização, não tinham retorno desses ofícios, e acabavam com projetos de regime de urgência, não tiveram informações de repasses e tinham que votar projetos, e que ficava incoerente tal situação, e que eles tinham que se atentar nesse fato, porque, lamentavelmente, eles não exerciam a função fiscalizadora de acompanhar esses recursos que era uma coisa importante, para que o recurso, o dinheiro público, fosse eficazmente aplicado; falou de outro ofício referente aos servidores públicos, que tinha sido questionado a questão dessa conversa com cada Vereador, com o Executivo, com o Sindicato, fizeram ofícios pedindo e não tiveram resposta, e que agora receberam um projeto de lei com a porcentagem e aí eles viram a manifestação no final de semana anterior do Sindicato, foi levado o nome da Câmara, os Vereadores pela não participação, porque não tiveram uma resposta do Executivo, também, e que da Câmara não houve uma cobrança, e que eles gostariam de estar discutindo com os demais Vereadores a eficácia da função administrativa da Câmara, que tinha que funcionar para que eles pudessem e, exemplarmente, cumprir o papel de Vereador, e que eram esses questionamentos que ele gostaria de fazer, agradeceu aos demais Vereadores pelas aprovações aos requerimentos e às moções, e ao público que estava ali presente, principalmente, sobre os projetos que eles iriam discutir, de interesse da população; agradeceu pela atenção; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abruhez que cumprimentou a todos, dizendo que tinha que ser rápido no boa noite para aproveitar o tempo, e disse que gostaria ali de explicitar melhor o seu projeto que eles tinham encaminhado da Comissão, ele, o Rodrigo e o Romilson, sobre a revogação daquela lei em que permitia em certas ruas e certas avenidas a construção de prédios de oito andares; disse que a escolha, na época da aprovação do projeto, também, foi todo atropelado, e que eles entendiam, primeiro: que esta lei que eles estavam revogando, era um resgate da seriedade da Câmara do que se tratava da ordenação do Município de Jaguariúna, principalmente, na questão habitacional de ocupação do solo, de bem estar para todos, e que como foi atropelado, sem critério, sem nada, entendiam que, a princípio, tinham que estancar esse problema que era cessar o efeito dessa lei, e aí sim a Câmara, o Poder Executivo e a Sociedade deveriam estudar a melhor maneira de se fazer prédio, para que tivesse melhor ocupação, desde que se resguardasse o interesse dos

vizinhos, e o interesse da população em geral e não só o interesse do investidor ou do setor imobiliário, porque no fim, o lucro de alguns poderia ser o prejuízo de todos, e por isso pediu aos nobres Vereadores que apoiassem essa propositura da Comissão deles, do Rodrigo, do Romilson, dele, e que eles tivessem sucesso que pudesse, aí sim, estudar uma lei com tempo, com capricho, com a sociedade participando, para ver qual o interesse da sociedade nesta questão, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, justificando sua indicação que tinha feito em relação aos funcionários públicos que o procuraram há algum tempo atrás, em relação ao pagamento que foi passado do último dia útil, para o quinto dia útil, e que eles alegaram que dificultava, que eles estavam pagando juros em cima daqueles dias em que eles já estavam acostumados a pagar no último dia útil do mês suas contas, e que a indicação pedia para voltar a ser no último dia útil; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial ao povo que vinha na Casa engrandecendo, ainda, mais a Sessão, e que esperava que cada vez mais pudessem comparecer, e convidassem os parentes, amigos para estarem participando das Sessões na Câmara Municipal; a seguir, cumprimentou o querido amigo, lá da CTB, seu amigo Joaquim, e o agradeceu pela presença; disse que seu Partido completou, naquele mês, noventa e um anos de existência, e também registrou que estiveram presentes lá no ato de noventa e um anos do Partido, o ex Presidente, Lula e, também, a Senadora Marta Suplicy, representando a Presidente Dilma; comentou, também, sobre a moção da Paixão de Cristo, e que a Paixão de Cristo era uma peça teatral, importante, uma peça bonita, bacana, que começou na comunidade do bairro Nova Jaguariúna, a Comunidade Santa Edwiges, e ela foi crescendo, crescendo, inclusive, muitas pessoas foram lhe questionar, comentar com ele e com o Fernandinho Português, com Vereador David que estava lá, com o Vereador Xanddy que participou, também, da peça, para que no próximo ano fosse estendida para os três dias, e que, uma vez que a estrutura estava toda montada, ficaria mais prático, e mais pessoas poderiam estar participando; disse de registrar ali, o pedido seu de uma lombada ou voltasse o radar em frente à FAJ, Campus Um, e que retiraram de lá a lombada eletrônica, e na semana anterior tiveram um acidente, inclusive com funcionário da Prefeitura, uma moto foi atropelada por um ônibus, porque devido não terem um estacionamento onde o pessoal embarcava e desembarcava os alunos, então, o que saía de aluno naquela avenida era muito preocupante e muito perigoso, e com a retirada da lombada eletrônica que lá existia, os veículos vinham em alta velocidade por saber que não existia mais, então, por isso que fez aquele pedido, e agradeceu aos nobres Colegas que tinham votado favoravelmente, e esperava que pudesse tão rápido ser atendido esse pedido, uma vez que eles

registravam o pedido, mas iam, também, direto à Secretaria para falarem, para que pudessem adiantar, para não acontecer o que o nobre Colega Zidane questionou ali o requerimento que foi solicitado da questão do aumento, mas acreditava que os trâmites iam, e até chegar neles a coisa já tinha andado, e que tinha chegado para eles o projeto para eles discutirem; parabenizou à Presidente do Sindicato, Adriana, onde ele, o Zidane, o Xandy, o Vereador Gerson, estiveram presentes, naquela sexta-feira, na reunião deles... o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado, e ele encerrou sua fala e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. David Hilário Neto, que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de parabenizar a todos os presentes, principalmente, o pessoal das entidades que estava ali presenciando a sessão, para que, na eminência que os nobres Pares pudessem votar, naquele dia, os projetos de lei que tinham acabado de colocar ali, e que acreditava que no consenso da Casa, e que o projeto tinha acabado de entrar, e através de requerimento de urgência, esperava provar ainda naquele dia, e que achava nada mais justo para as entidades que prestavam serviços muito importantes no Município, e queria aproveitar, também, que, naquele dia como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo que pediam para todos os prédios públicos, as pessoas pudessem andar de azul claro, e que, realmente, fosse divulgado, porque sabiam do trabalho que era feito em prol dessas pessoas que tinham essa dificuldade; pediu aos pares e agradeceu o empenho, e sabia que todos votariam favoráveis a essas entidades que necessitavam tanto desse recurso, e iriam se empenhar nos projetos das entidades que representavam; parabenizou a todos os membros das entidades, o Wilson, o Lúcio, que estava aí, o povo que esteve presente, e não sabia se todos estavam ali, o pessoal do Lar Feliz, todos aqueles que faziam um trabalho que dignificava muito as pessoas que necessitavam do serviço; parabenizou, ainda, ao Sindicato pela manifestação acontecida no sábado, na feira, e que ele tinha participado do seu lugar, tinha escutado todas as reivindicações, achava justas, e achava que o processo democrático tinha essa liberdade de acontecer mesmo, e esperava que a Casa sempre estivesse atenta, a representação da Casa junto às reivindicações do Sindicato estiveram presentes, como o próprio Neguita ter dito de ouvir as reivindicações e levar ao Executivo, e que esperava que esse diálogo acontecesse muito e que a Câmara, realmente, na medida do possível, se fosse apenas um Vereador já estaria muito bem representada, e que essa era a função de cada Vereador, não importava se fossem os treze ou apenas um, mas sabia que ela estaria devidamente representada; disse esperar que o Município se sensibilizasse com as reivindicações, e o que ele tinha ficado mais preocupado, e reiterava a Adriana que estava na Casa representando o Sindicato, e que ele esperava que o

Sindicato fosse ouvido, não importasse suas reivindicações, se eles conseguissem almejá-las ou não, mas que fosse ouvido, e que ele tinha ouvido e havia uma certa represália do Sindicato, e até estava tendo um tipo de assédio moral, e que queria que isso não acontecesse, e que ele abominava este tipo de atitude, e que podia ali falar por uma parte do Executivo, que também abominava, e se acontecesse, chegasse aos representantes da Câmara, ou até ele, e colocasse em prática isso, porque achava que reivindicar através de um processo democrático, era a coisa mais justa que tinha, se sentar numa mesa, poder saber se isso podia ser feito ou não, era o mínimo, e não podia haver represália, e isso que ele queria deixar claro ali, e que ele tinha escutado todas as reivindicações, e achava que tinha sido justo o movimento, e que tinha ouvido todas as reivindicações e nada de diferente daquilo que eles sabiam, que vinha ouvindo nos bastidores, mas ficava chateado se estivesse acontecendo algo perante ela, que não acontecesse, e se tivesse alguém falando ... tendo esgotado seu tempo de uso da fala, pediu desculpas dizendo que continuaria sua fala depois em outro uso da palavra. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco, Alexandre da Silva Santos, Rodrigo da Silva Blanco, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, Luiz Gustavo Gothardo, Romilson Nascimento Silva, Adilson José Abrucez, Gerson Antonio, Ângelo Roberto Torres e William de Souza Silva, foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que os seguintes Projetos de Lei fossem apreciados em Única Discussão, naquela sessão, sendo eles: Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 027/2013; Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna - CEJ, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 028/2013; Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e

dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 029/2013; Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes - AJJA, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 030/2013. Em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Ângelo Roberto Torres como relator Especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 027/2013, motivo pelo qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a Leitura do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 007/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alexandre da Silva Santos como relator Especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna - CEJ, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 028/2013, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a leitura do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 008/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna - CEJ, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rodrigo da Silva Blanco como relator(a) Especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 029/2013, motivo pelo qual suspendeu a Sessão; terminado o tempo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a Leitura do Parecer do Relator designado. Em seguida, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 009/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao

Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 , “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Gerson Antonio como relator Especial para exarar parecer ao Projeto de Lei dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes - AJJA, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 030/2013, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão; decorrido o tempo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a Leitura do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 010/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes - AJJA, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 006/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; sobre o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que pediu ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, encarecidamente, a análise deles naquele projeto de lei, e por isso gostaria de fazer um requerimento verbal de adiamento do requerimento para que eles pudessem analisar, e que ele não pôde estar vindo na reunião de Comissões, em respeito aos demais colegas, em respeito às pessoas que estavam na Casa, em respeito, também, às diversas promessas de campanha que tiveram na questão, e que poucos Vereadores sabiam da problemática do muro de arrimo, a questão de como foi concluída aquelas casas, e que o Sr. Presidente era engenheiro, sabia muito bem da problemática do muro de arrimo, e que os moradores vieram até eles lhes apresentando, e que ele não tinha tido essa possibilidade,

mas alguns que passaram pela Casa, se dirigiram diretamente a essas pessoas e falarem que iria resolver a questão do muro de arrimo, e que este problema vinha de muitos anos e não foi resolvido; disse ao Sr. Presidente, que via ali a possibilidade, simplesmente, que pedia a atenção dos moradores, que resolvessem esta questão, que eles tinham a possibilidade de resolver definitivamente; disse ter estado com o Prefeito em reunião lá na casa desses moradores, o Prefeito falou que iria resolver a questão dos muros de arrimo com os recursos provenientes do Fundo, e que esse tinha sido um compromisso de campanha, que ele esteve presente, então, ele ia fazer cumprir esse compromisso, não iria fugir da sua responsabilidade, conversou com o Prefeito a respeito disso, e por isso pediu a análise dos Vereadores nesta questão; o adiamento porque ele tinha feito uma emenda àquela lei que estava sendo votada, que não havia a necessidade da leitura ali, que achava que iria estender muito, disse ao Sr. Presidente, e se ele permitisse a leitura, ele iria fazê-la, onde o artigo vinte e dois da lei, passaria a ter a seguinte redação: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder financiamento com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação, nos moldes previstos nesta lei, aos beneficiados com as unidades habitacionais populares no Jardim Pinheiros com a única finalidade de construir os muros de arrimo necessários à moradia popular do loteamento. Parágrafo Primeiro: O financiamento abrangerá os custos com projetos, construção, mão-de-obra, serviços pendentes na construção dos muros de arrimo, que deverão ser objeto de procedimento licitatório por parte da Prefeitura após manifestação de interesse por parte do beneficiado com a moradia popular do Jardim Pinheiros. Parágrafo Segundo: A manifestação de interesse do aludido no parágrafo primeiro, deverá ocorrer por meio de requerimento junto à Prefeitura de Jaguariúna, em até noventa dias...” Disse que noventa dias tinha sido um prazo que ele tinha colocado, que achava que seria suficiente para que os moradores requeressem perante a Prefeitura essa questão do muro de arrimo, a seguir continuou “...contados da data da publicação dessa lei, devendo ser instruído com documentos comprobatórios do financiamento da unidade populacional popular do loteamento Jardim Pinheiros, documentos pessoais do financiado, e outros julgados necessários pela Prefeitura do Município de Jaguariúna.” Disse que os demais artigos deveriam ser ordenados e a justificativa: “A emenda acima descrita somente busca estender referidos benefícios do Fundo Municipal de Habitação aos moradores do Conjunto Habitacional denominados moradias populares, situadas no bairro Jardim Pinheiros que sofriam com problemas de rachaduras em suas residências, perigo de desbarrancamentos em decorrência da falta de construção do muro de arrimo pela construtora e pela Prefeitura na época de construção.” Disse ao Sr. Presidente que justificava, ainda, a emenda e,

também, aos demais Vereadores, que ela não era inconstitucional, ela era plenamente constitucional, não tendo despesas ao Poder Executivo, porque não estava prevendo nenhuma despesa, e perguntou qual era o caráter inconstitucional da emenda? Disse que não estavam prevendo gastos ao Poder Executivo, tendo em vista que o financiamento seria reembolsável aos cofres públicos através do Fundo pelos beneficiários; disse ao Sr. Presidente que era a única forma que ele tinha visto deles resolverem essa questão, num caráter provisório, de dar a possibilidade àqueles moradores, de resolver aquele problema que se estendia, e que tinham casas interditadas lá, tinham casas que estavam prestes a serem interditadas, e eles abrirem temporariamente esta possibilidade, eles resolviam a questão e colocavam o Poder Legislativo numa eficácia com aquelas pessoas, resolvendo definitivamente, dariam uma resposta àquelas pessoas, e não ficariam aí, num caráter de continuidade, que não tinha solução, não estava previsto ali, e que até tinham algumas brechas que falava que a Prefeitura podia utilizar do recurso para resolver o problema, mas ali eles já especificariam o problema deles, já deixaria claro; disse que, encarecidamente, ele colocava para o Sr. Presidente a inconstitucionalidade da questão, e pediu a análise dos Srs. Vereadores e agradeceu a atenção; o Sr. Presidente disse que o Vereador estava apenas pedindo o adiamento da aprovação desse projeto de lei, e que ele não iria estender a discussão, e que ele fez as justificativas dele, e se o projeto fosse adiado discutiriam posteriormente a questão do projeto de lei, se não fosse cabia aos nobres Pares falarem da argumentação do nobre Vereador; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação o requerimento de adiamento do Projeto de Lei nº 006/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação, de autoria do Sr. William de Souza Silva, e se o Plenário aceitasse, o Projeto de Lei seria adiado; em votação, foi o requerimento rejeitado por oito votos contrários, sendo quatro favoráveis dos Srs. Alexandre da Silva Santos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva; sendo rejeitado o requerimento de adiamento, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 006/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; sobre o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências; em discussão, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abruhez que cumprimentou a todos, novamente, dizendo de justificar seu voto contra o adiamento, e que ele foi contra o adiamento porque ele entendia, enquanto eles discutiram, tinham

tido, no dia anterior, uma reunião com as Comissões, com todos os Vereadores que puderam participar, discutiram exaustivamente esse projeto e outros, também, e entendia que, o próprio Conselho Municipal já estava autorizado a fazer esse tipo de procedimento, dependendo só do Conselho deliberar e abrir essa verba para que fosse feito isso; pediu para que vissem só na ementa, para que eles não entrassem em muito detalhes: “Projeto de Lei do Executivo Municipal, dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; sobre o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências”. Disse que já estava previsto que o Conselho podia fazer esse tipo de serviço, de melhora das condições de habitação, então, o que cabia e era urgente, já tardava muito, já estava demais para que fosse resolvido, era esse Conselho deliberar e liberar esse dinheiro através de um projeto, e quem sabia, disse ao nobre Vereador, com uma pressão da Câmara Municipal, com um abaixo assinado da população, eles pedirem uma reunião com o Conselho Municipal de Habitação, e liberar, fazer um projeto, ver qual era o custo, e liberar essa verba para o Fundo, e acreditava que não em forma de financiamento, porque quando eles compraram uma habitação, eles compraram uma habitação inteira, e uma habitação inteira era com muro, com arrimo, se precisasse, com tudo o que precisava, com água, então, não precisavam financiar para eles, eles não tinham que pagar, não, eles tinham a empresa que não fez direito, o governo, na época, não autuou a empresa corretamente, o governo deixou passar isso, entregou essa moradia, e que cabia ao Município ressarcir e reparar essas pessoas que estavam pagando, ou através do Fundo ou através dos Cofres Públicos Municipais, e que esse era o entendimento que ele fazia do seu “não” ao pedido de adiamento, porque entendia que já cabia essa prerrogativa do Fundo Municipal; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que parabenizou às colocações do nobre Colega, Vereador Adilson, e que gostaria de esclarecer ao seu Colega, que o artigo vinte e dois previa ali algumas alterações, na lei algumas emissões, por isso que tinha sido colocada aquela emenda, e que isso era claro, já houve várias manifestações dos moradores, já houve abaixo-assinado, as reuniões lá foram de forma tumultuada, por isso que até o Prefeito, de forma sensata, marcou uma segunda reunião para ir com a resposta, que seria previsto neste Fundo, e as mesmas respostas que eles tinham era que não tinha previsão para fazer isso, e que era um problema da Cohab, empurravam eles lá, não era da Prefeitura, era da Cohab, tinha que entrar contra a Cohab, salvo engano, com a Bandeirantes, e

não se resolvia, e que essa discussão já vinha, faziam reunião com o Fundo, eles discutiam isso daí; disse que era uma forma política, e que a emenda não era uma emenda aditiva, e pediu aos Vereadores, que não adiarão, porque deveriam ter algumas urgências para a aprovação do projeto, então, ele propunha a emenda, disse ao Sr. Presidente, e que a emenda vinha com uma das hipóteses, um financiamento, pelo menos eles estariam dizendo para essas pessoas uma hipótese, e aí o Executivo discutia outras possibilidades, e que parabenizava o Vereador, pois achava justo que aquelas pessoas não pagassem, porque ele entendia que foi uma omissão da construtora, mas eles, pelo menos, na função legislativa, e que era para isso que eles eram Vereadores, para analisar as leis, propor, e a emenda era uma atuação do Vereador, e se o Presidente negasse esse recebimento, ele gostaria de fazer um recurso ao Plenário, para ele decidir se era inconstitucional a emenda, porque até o evidentemente constitucional tinha que estar previsto, e por isso ele gostaria de apresentar, humildemente, aquela emenda, para eles verem que uma das possibilidades era o financiamento, e no seu humilde conhecimento ele analisou, discutiu, não veio na reunião e pediu desculpas aos Vereadores, porque ele tinha um compromisso pessoal, mas ele tentava ali se redimir com as pessoas e com os Vereadores apresentando essa emenda para os Vereadores analisarem essa possibilidade, disse ao nobre Vereador Adilson, uma das possibilidades de financiamento para quem tivesse condições, e para quem não tivesse veriam com a Prefeitura, por isso, disse ao Sr. Presidente, que gostaria de apresentar a Emenda; o Sr. Presidente disse ao Vereador que gostaria de esclarecer que ele não iria aceitar a emenda, e que achava que ele poderia fazer um requerimento a ele, depois ele colocaria tal sugestão ao Plenário, posteriormente, em virtude de que era uma posição tomada por ele, que os projetos de lei de autoria do Executivo, só receberiam emendas por parte das Comissões, após análise criteriosa da questão da legalidade e a autonomia de quem tinha direito de apresentar a emenda; disse que achava que num projeto de autoria do Executivo não cabia emenda que determinasse função, criasse função, determinasse atribuição à Secretaria, e em detrimento, também, da tranquilidade a essa população, e que sabia que o Conselho estava sendo criado, mudando o nome para se criar o Conselho, era o Conselho que tinha autonomia para, realmente, destinar o recurso do Fundo para determinadas obras, inclusive a obra dos muros de arrimos, que sabiam que era o clamor daquele bairro; disse que tinha certeza que, se houvesse a sensibilidade do Conselho em determinar recurso, assim como aqueles recursos que eles tinham votado às entidades assistenciais, eles só podiam votar favorável àqueles recursos a elas porque o Conselho tinha se pronunciado, se não tivesse o pronunciamento do Conselho não poderiam votar aquele projeto de lei a bel prazer do Prefeito, e que não era

o Prefeito que tinha aquela autonomia de usar o dinheiro do Fundo sem o aval do Conselho, e que era a mesma coisa com a criação do Conselho que eles estavam votando naquela hora, nas atribuições dele, ele podia usar o dinheiro do Fundo para melhoria das habitações já edificadas no Município; disse achar que não tinha prejuízo e pediu ao Vereador que fizesse um requerimento à Mesa da Câmara para eles votarem um fato como aquele, talvez para o Plenário analisar, posteriormente; e entre outras coisas disse que poderia até achar que estava prejudicando a autonomia e o trabalho do Vereador; perguntou ao Vereador se tudo bem, e que não iria aceitar a emenda do Vereador e pediu que apresentasse para a Mesa, depois, para que ela analisasse sua sugestão, e pediu ao Vereador que não discutisse sua atitude, mas sobre o projeto, a emenda, ele poderia falar; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva que entre outras coisas disse que até agradecia as colocações do Sr. Presidente, e que gostaria de colocar que ele tentava, embora parecesse de uma forma isolada, resolvendo um problema, e que eles tinham que ter uma hegemonia, um lado interessante de tudo seria eles resolverem o problema e eles tomavam suas atitudes baseados no Regimento Interno, na lei que regia as atitudes deles dentro da Câmara, na Lei Orgânica, e que ele tinha se sentido confortável em fazer a Emenda, disse ao Sr. Presidente, porque lá lhe permitia, era uma das prerrogativas do Vereador fazer emenda, em decorrência da discussão do projeto, e aí o Presidente vetar seu direito, cercear a possibilidade, de rejeitar uma atribuição que era dele, ele se sentia algemado, com as mãos atadas de desempenhar sua função legislativa, e como o Presidente, também, tinha suas atribuições previstas no Regimento Interno e falava que o Presidente podia não receber emenda, evidentemente, inconstitucional, e que ele não via que a sua emenda era evidentemente inconstitucional, e que iria discutir com o Presidente aquela questão, iria entrar com recurso, e que achava que já eram várias discussões, e que iria tentar providenciar um parecer da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, porque, infelizmente, ele estava cumprindo a legislação, era uma interpretação, outros Colegas tiveram a possibilidade de ser Presidente da Câmara e verificaram essa questão, e que, justamente, contra a sua emenda, ele ficava triste de não recebê-la, e que seria uma forma dele atender àquelas pessoas que tinham vindo na Casa, e que ele teria que tentar por outros meios apresentar suas emendas, cumprindo a legislação, embora o Presidente tivesse uma interpretação, ele tinha a dele como Vereador, e que era sua atribuição fazer emenda durante a discussão do projeto; agradeceu pela atenção; o Sr. Presidente esclareceu ao nobre Par que o Vereador tinha prerrogativas de apresentar emendas em projetos de iniciativa concorrente, ou seja, tanto da Câmara, como do Executivo; em projetos de iniciativa do Executivo, de acordo com o Artigo quarenta e três da Lei

Orgânica, eles não podiam apresentar emendas; disse que abriu uma exceção e falou que se houvesse consenso nas reuniões de Comissões, a Comissão apresentava, era discutida pela Comissão de Constituição, apresentada no Plenário, e depois analisada pelo Jurídico da Prefeitura; disse que nada impedia ao nobre Colega de fazer uma indicação, um requerimento, através da sua sugestão, encaminhado ao Conselho de Habitação, encaminhado ao Prefeito, ou posteriormente, um projeto de Lei para que os recursos do Fundo fossem canalizados à construção do muro de arrimo, e cabia a Casa analisar, e colocar emenda num projeto de iniciativa do Executivo ele não iria aceitar, e que era isso que ele gostaria de deixar claro, não era cercear seu trabalho. A seguir em votação o Projeto de Lei nº 006/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; sobre o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 005/2013, do Executivo Municipal, que inclui o inciso XV, dá nova redação ao § 2º do art.15 e ao parágrafo único, do art. 27, da Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. O Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos. Decorrido prazo necessário para tal, o Sr. Presidente reabriu a Sessão colocando para apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 005/2013, do Executivo Municipal, que inclui o inciso XV, dá nova redação ao § 2º do art.15 e ao parágrafo único, do art. 27, da Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 006/2013, do Executivo Municipal, que institui, no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS Municipal, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º,

I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia nove de abril de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

